

# Tribuna

## Metalúrgica



ZAP DO SINDICATO  
11 97407-3791



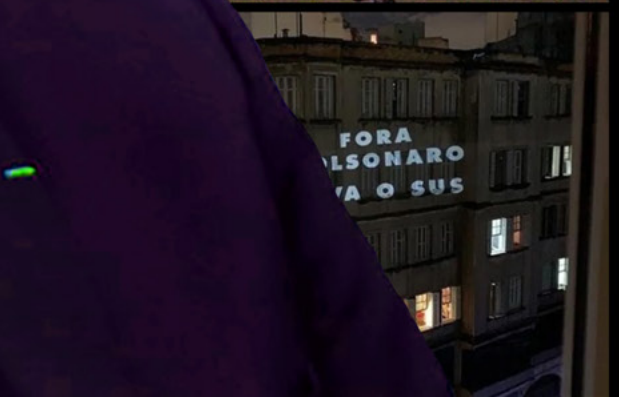
EDIÇÃO ONLINE

Nº 4550 • TERÇA-FEIRA • 31 DE MARÇO DE 2020 • SMABC.ORG.BR

### #APROVALOGOBOLSONARO

PRESSÃO DAS CENTRAIS  
E PARTIDOS DE OPOSIÇÃO  
GARANTE APROVAÇÃO DA  
RENDA BÁSICA EMERGENCIAL.

## LUTA AGORA É PELA SANÇÃO PRESIDENCIAL





## Governo exclui 16,2 milhões de micros e MEIs do programa de crédito

FOTO: DIVULGAÇÃO

**A**o anunciar a criação de uma linha de crédito para pagamento de salários de trabalhadores em pequenas e médias empresas, o governo excluiu 16,2 milhões de microempreendedores individuais e microempresas.

O diretor executivo do Sindicato, Wellington Messias Damasceno, criticou o fato de o programa não contemplar essas empresas mais vulneráveis. São 9,7 milhões de MEIs, que podem empregar um trabalhador, e 6,5 milhões de microempresas, que podem contratar até 19 trabalhadores na indústria.

“MEIs e microempresas são grandes empregadores no Brasil, é preciso reforçar os caixas dessas empresas, não excluir do financiamento. O governo anunciou que os MEIs poderão acessar a Renda Mínima Emergencial, de R\$ 600 a R\$ 1200, mas isso é para sobrevivência básica da

pessoa, não para o negócio em si”, explicou.

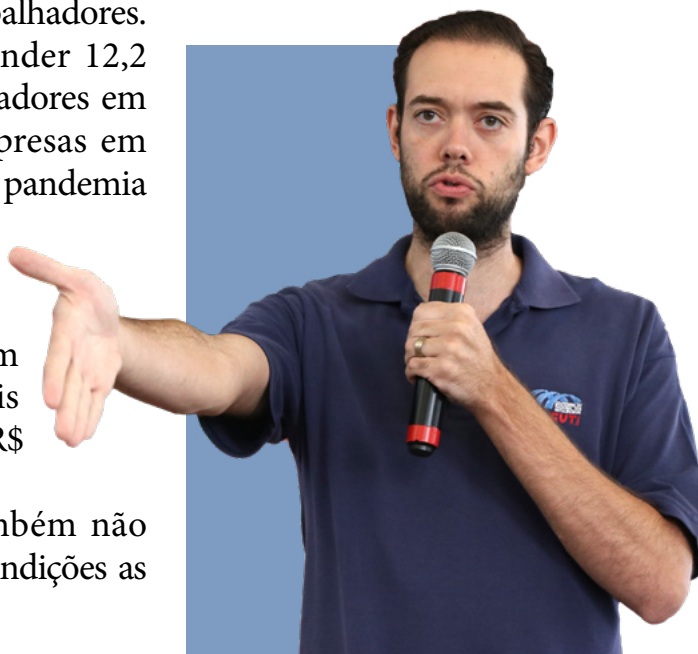
“Além disso, tem a demora de até duas semanas para a regulamentação da proposta. As empresas devem estar paradas agora, os trabalhadores devem estar em casa agora, não dá para esperar para ver como vai funcionar a linha de crédito. Isso é urgente”, avaliou.

No total, o programa terá R\$ 40 bilhões e valerá para pagar salários por até dois meses, período em que o empresário terá que se comprometer em não demitir os trabalhadores. A estimativa é atender 12,2 milhões de trabalhadores em 1,4 milhão de empresas em crise decorrente da pandemia do novo coronavírus. O dinheiro será pago direto ao trabalhador, porém será limitado a dois salários mínimos (R\$ 2.090).

“O governo também não explicou em que condições as

empresas vão poder acessar esse recurso. Se tiverem que estar com as obrigações em dia, não vai funcionar. As únicas que têm essa condição são as grandes empresas, que nem precisam desse recurso”, analisou.

“Defendemos que as medidas têm que ser para as empresas que não vão conseguir atravessar esta crise sozinhas, para que elas possam manter os vínculos de emprego, pagamento de salários e que se preparem para a retomada quando a crise passar”, concluiu.



# METALÚRGICOS E SINDICATOS PATRONAIS CRIAM FÓRUM DE CRISE PARA ENFRENTAR A PANDEMIA



Na busca por alternativas de futuro para superar a crise causada pela pandemia do novo coronavírus, foi criado o Fórum de Crise pelas federações estaduais dos metalúrgicos da CUT, a FEM-CUT, e da Força Sindical, juntamente com os sindicatos patronais Sindipeças (indústria de autopeças), Sindimaq (indústria de máquinas e equipamentos) e Sinaees (indústria de aparelhos elétricos e eletrônicos).

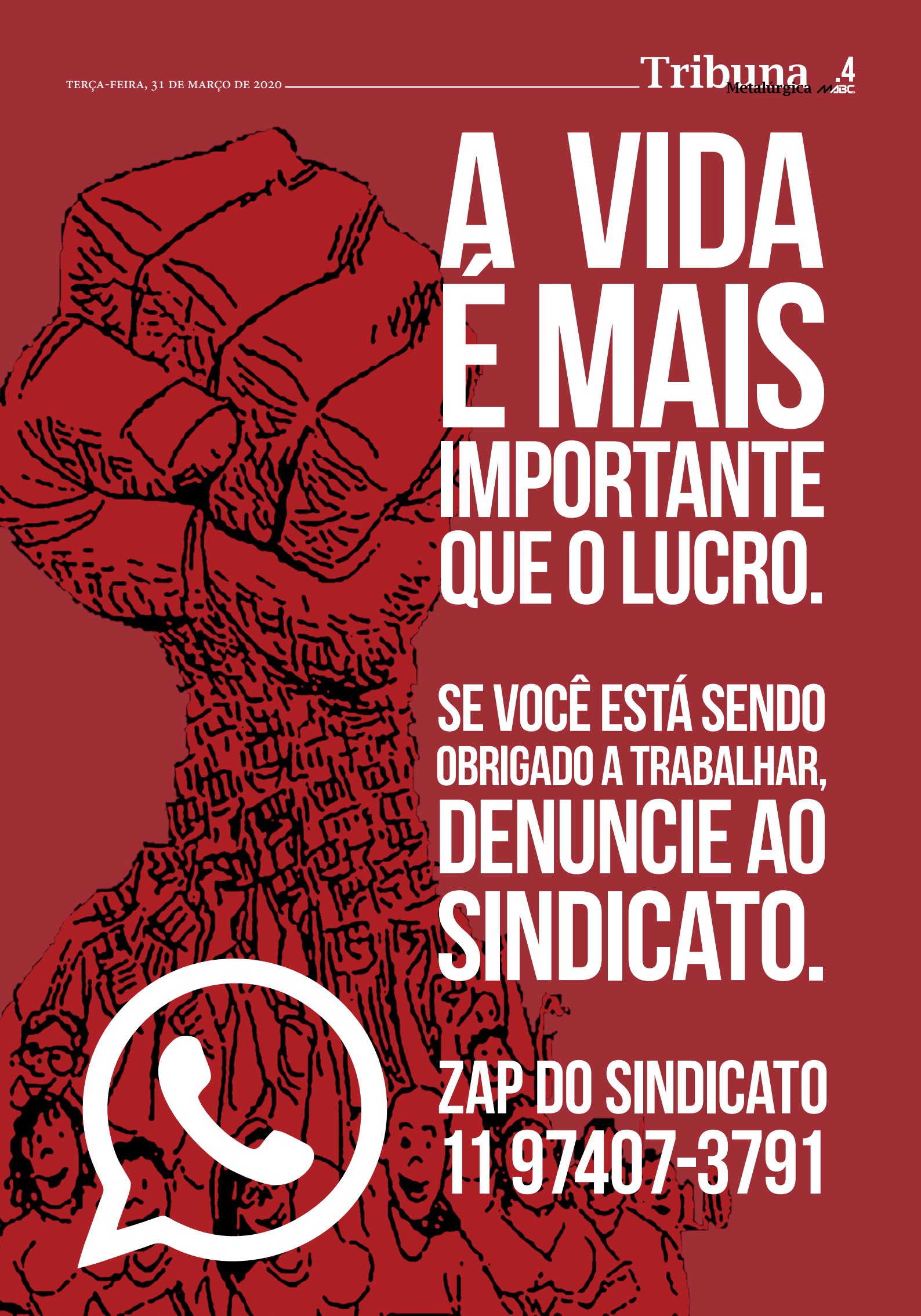
O presidente da FEM-CUT, Luiz Carlos da Silva Dias, o Luizão, contou que o fórum está aberto a todos os sindicatos patronais, que já receberam documentos pedindo a suspensão imediata da produção em atividades não essenciais.

“Não sabemos quando essa crise vai terminar, não dá para adotar medidas agora e achar que está tudo certo. É necessário que haja o diálogo constante e com bom senso sobre como vamos preservar, em primeiro lugar, a saúde e a vida das pessoas e, em seguida, a permanência das empresas”, afirmou.

“O ônus da crise não pode recair sobre o trabalhador. A ideia do fórum é equilibrar as negociações e articulações durante o período e discutir alternativas futuras, quais medidas serão tomadas após o período de férias coletivas e licença remunerada para manter os trabalhadores em quarentena”, prosseguiu.

O presidente da FEM-CUT explicou que a maioria das empresas do Grupo 3 já está com a produção paralisada no Estado. “Com o Grupo 2 há ainda a busca para que mais empresas parem as atividades o mais rápido possível. Até porque, neste momento, as pessoas não estão comprando celulares, geladeiras ou fogões”, disse.

“Porém, algumas empresas do G2 começaram a produzir respiradores pulmonares e componentes para sistemas de refrigeração e ar condicionado, inclusive para a construção de hospitais de campanha. Essas empresas são essenciais e devem continuar a produção, com todos os cuidados de prevenção e diminuição de riscos a esses trabalhadores”, concluiu.




**A VIDA  
É MAIS  
IMPORTANTE  
QUE O LUCRO.**

**SE VOCÊ ESTÁ SENDO  
OBRIGADO A TRABALHAR,  
DENUNCIE AO  
SINDICATO.**



**ZAP DO SINDICATO  
11 97407-3791**



# SINDICATO ENCAMINHA AO GOVERNO DE SP MEDIDAS COMPLEMENTARES PARA MANUTENÇÃO DOS EMPREGOS

ADONIS GUERRA

Entre as propostas estão a flexibilização na cobrança do ICMS, implementação de programa de crédito empresarial, atendimento à população em situação de rua e produção de insumos hospitalares

Preocupados com o cenário global de agravamento de difusão da pandemia causada pelo COVID-19 e com as consequências econômicas provocadas pelo isolamento, os Metalúrgicos do ABC encaminharam ao governador do Estado de São Paulo, João Doria, em caráter de urgência, propostas complementares às ações já definidas.

Estão entre elas a suspensão ou redução do ICMS, a implantação de um programa de crédito empresarial; apoio aos setores industriais de atuação prioritária como alimentação e farmácia; reconversão industrial voltada à produção de equipamentos e insumos essenciais para o enfrentamento imediato da pandemia; além de um programa estadual temporário de transferência e complementação de renda com foco nas famílias mais vulneráveis a partir dos registros do Cadastro Único e busca ativa voltada à população em situação de rua.



“Nosso primeiro pedido foi para que o trabalhador ficasse em casa e denunciasse condições inadequadas de trabalho. Depois passamos a cobrar dos entes públicos, saídas para que a população consiga se manter em casa. Agora estamos focados na cobrança para que os formalizados tenham garantia do seu emprego e da sua renda e que as empresas tenham condições de manter isso”, detalhou o presidente do Sindicato, Wagner Santana, o Wagnão.

Para o presidente a manutenção do emprego e da renda só será possível se o governo flexibilizar a cobrança de impostos, oferecer linhas de crédito para capital de giro e dar suporte e condições adequadas para aquelas empresas que precisam continuar atuando.

Wagnão destacou entre as propostas a importância da reconversão industrial. “A reconversão industrial é essencial neste momento porque de um lado se garante uma parte da atividade industrial ativa e por outro, a produção e disponibilização dos insumos hospitalares que estão em falta”.

“O Sindicato está preocupado com a saúde dos trabalhadores, mas também com os empregos e as empresas. Pensamos nessas medidas para minimizar os impactos do coronavírus na economia do estado e, sobretudo, nos trabalhadores. Fizemos as propostas tendo em vista que nenhuma empresa vai fazer o desligamento dos trabalhadores, vai manter os vínculos empregatícios, os salários e a renda”, finalizou.

Paralelo a esse encaminhamento, o Sindicato também enviou à Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo), por meio do Deputado Estadual, Teonilio Barba (PT), uma proposta contendo pontos essenciais para o enfrentamento da crise com pontos que apresentam diretrizes de caráter institucional, sanitário e socioeconômicos.

# DITADURA NUNCA MAIS

DITADURA NUNCA MAIS  
DITADURA NUNCA MAIS

DITADURA NUNCA MAIS  
DITADURA NUNCA MAIS





ADONIS GUERRA

# RENDA BÁSICA EMERGENCIAL É VITÓRIA DOS TRABALHADORES

A pressão da CUT, demais centrais sindicais e partidos de oposição ao governo garantiu a aprovação da Renda Básica Emergencial na Câmara dos Deputados e no Senado. O projeto precisa ser assinado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) para passar a valer. A luta agora é por #AprovaLogoBolsonaro.

O presidente da CUT, Sérgio Nobre, comemorou a aprovação no Congresso. “É uma vitória muito importante a aprovação desse projeto a milhões de trabalhadores que estão em situação de insegurança, desempregados e autônomos. O benefício será de R\$ 600 por, no mínimo, três meses. Caso a mulher seja a chefe da família, são R\$ 1.200. A luta agora é para garantir sua efetivação, que o benefício

chegue na mão do povo de maneira rápida”, cobrou.

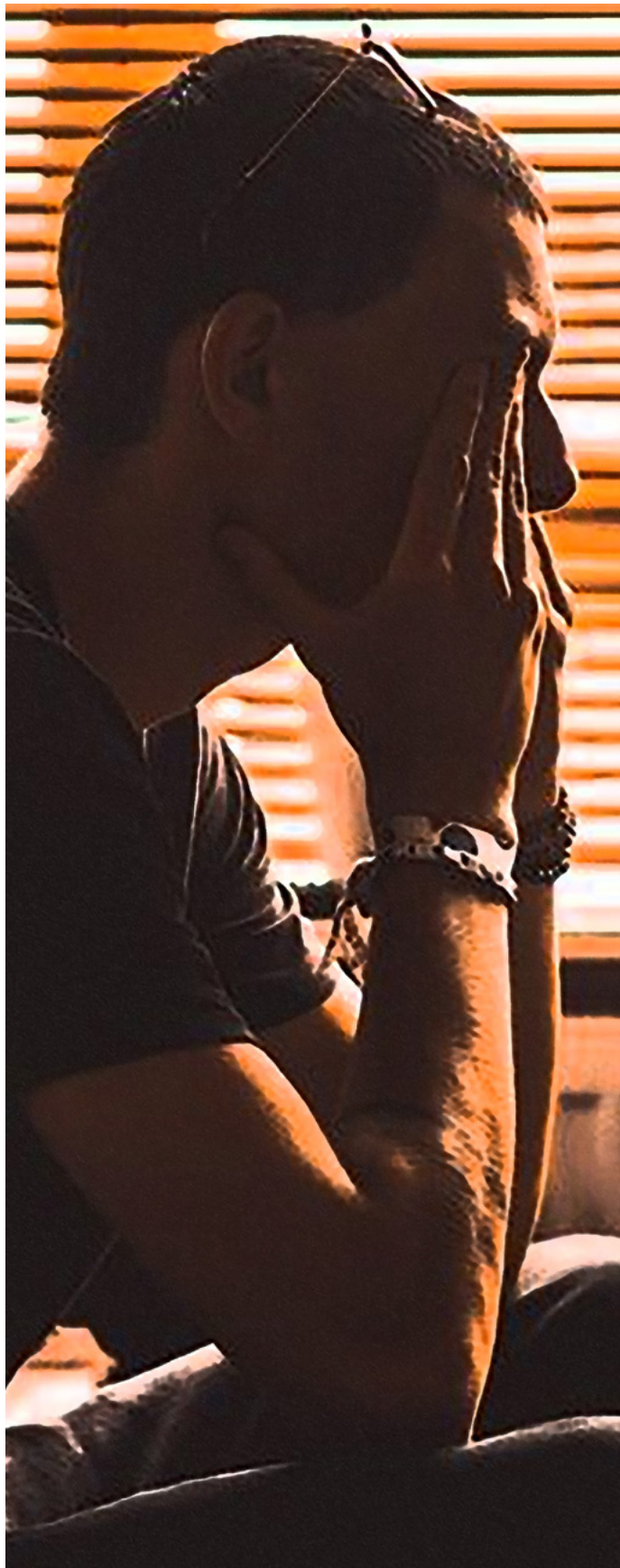
“O projeto é muito importante e nasceu no fórum das centrais sindicais como uma proposta para superação da crise. No dia 17 de março, entregamos nas mãos do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, dialogamos com todos os partidos, e para nossa felicidade, o trabalho e o empenho renderam resultado”, continuou.

No começo, o governo queria pagar apenas R\$ 200. Depois da mobilização, o valor foi aumentado para R\$ 600, podendo chegar a R\$ 1.200. Para ter acesso é preciso ser maior de 18 anos, sem emprego formal, ser microempreendedor individual, contribuinte individual ou trabalhador informal inscrito no CadÚnico.

Entre os requisitos estão não receber benefício previdenciário ou assistencial, seguro-desemprego ou outro programa de transferência de renda que não seja o Bolsa Família. Ter renda mensal por pessoa de até meio salário mínimo (R\$ 522,50) ou renda familiar de até três salários mínimos (R\$ 3.135). Não pode ter recebido rendimentos tributáveis, em 2018, acima de R\$ 28.559,70.

Um novo projeto deve ser votado no Senado para incluir mais pessoas no acesso ao benefício durante o isolamento social, com valores que podem chegar a R\$ 1.500. O projeto altera a Lei 10.835, de 2004, que instituiu a Renda Básica de Cidadania no Brasil, de autoria do ex-senador Eduardo Suplicy (PT-SP), mas que nunca foi regulamentada.





# FINANCIAMENTO E GARANTIA DE EMPREGO

O presidente da CUT criticou o projeto do governo de financiamento dos salários, que exclui MEIs e microempresas. “O projeto é insuficiente e não resolve o problema, ele tem que ser modificado para cumprir sua função. Temos que garantir um projeto que permita sustentar essas pequenas empresas, que são responsáveis por 60% dos empregos no país”, ressaltou.

“Por trás dessas empresas estão ex-metalúrgicos, ex-bancários, ex-professores, que fugiram do desemprego, montaram um negócio e hoje têm dois, três funcionários e não conseguem pagar. É importante uma linha de crédito para que mantenham seus empregados e não demitam”, defendeu.

No domingo, 29, a CUT, centrais sindicais e a CNI (Confederação Nacional da Indústria) fizeram reunião em defesa da garantia de emprego durante a crise da pandemia do coronavírus.

“Foi consenso que é fundamental superarmos este momento mantendo os empregos”, contou Sérgio Nobre.

“Também foi um grande consenso de que é imprescindível manter a política de isolamento neste momento em que o vírus, de acordo com autoridades da saúde, atinge o pico de contaminação, com avanço do contágio nas próximas duas semanas”.